



<p><b>1.2.1. Informar para quais itens é exigida marca/modelo específico obrigatório (Se sim, a indicação de marca deve ser respaldada de justificativa robusta, como manutenção de padrão já existente, compatibilidade, garantia de equipamentos, etc)</b></p> <p>Não se aplica.</p>
--

<b>2. ANÁLISE de VIABILIDADE</b>	
<b>2.1 Análise e comparação entre soluções/contratações identificadas:</b>	
<b>Justificativa</b> (caso haja apenas uma solução no mercado)	Não há outras soluções disponíveis no mercado.

<b>Pode ser utilizada a planilha abaixo para especificar as soluções identificadas:</b>			
<b>Solução</b>	<b>Solução 1</b>	<b>Solução 2</b>	<b>Solução 3</b>
<b>Descrição</b>			
<b>Vantagens</b>			
<b>Desvantagens</b>			
<b>Atende (Sim/Não)</b>			

<b>2.2 Escolha e justificativa da contratação (necessidade/motivação da contratação)</b>	
<b>Solução escolhida</b>	A solução identificada está em consonância com as orientações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA do Ministério da Saúde para a prevenção de infecção pela COVID-19, bem como com os termos da Resolução CNJ n.º 322/2020, que estabeleceu, no âmbito do Poder Judiciário, medidas para retomada dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para prevenção de contágio pela COVID-19.
<b>Justificativa</b>	Aquisição determinada pela Presidência do Tribunal, nos autos do PROAD n. 6830/2020, a fim de adquirir Equipamentos de Proteção Individual – EPIs necessários à realização das atividades dos magistrados, servidores e estagiários das unidades judiciárias do Tribunal, quando do retorno de suas atividades presenciais no âmbito desta Corte. A aquisição tem por objetivo garantir a saúde e a biossegurança dos servidores do Tribunal quando do retorno das atividades presenciais no âmbito deste Regional, haja vista as medidas e cuidados de prevenção recomendados pelas autoridades públicas de saúde no enfrentamento da pandemia da COVID-19 e os termos da Resolução CNJ n.º 322/2020.
<b>Valor estimado</b>	R\$ 480.500,00, conforme doc. 68 da Coordenadoria de Compras.
<b>Outros</b>	

<b>2.2.1 Alinhamento Estratégico</b>	<a href="http://portal.trt15.jus.br/plano-2021-2026">http://portal.trt15.jus.br/plano-2021-2026</a>	<b>Selecione abaixo:</b>
Propiciar meios para melhoria da qualidade de vida no trabalho		

<b>2.2.2 Benefícios esperados (resultados a serem alcançados)</b>	
<input type="checkbox"/>	Adequação das instalações físicas
<input type="checkbox"/>	Preservação das instalações
<input checked="" type="checkbox"/>	Manutenção da segurança dos usuários
<input type="checkbox"/>	Condecoração de autoridades em eventos promovidos por este Tribunal
<input type="checkbox"/>	Outro benefício:

<b>2.2.3 Relação entre demanda prevista e quantidade de serviço a ser contratado</b>
Os quantitativos encontram respaldo nas informações prestadas pela Área de Estágio, pela Coordenadoria de Provimento e Vacância e pela Assessoria de Apoio aos Magistrados, que informaram a existência de 391 magistrados, 3.374 servidores e 532 estagiários em atuação nas 767 lotações existentes no Regional, de modo a atendê-los pelo período de 1 ano com o fornecimento do respectivo EPI.

<b>2.2.4 Necessidade de adequação do ambiente do Tribunal para viabilizar execução do serviço</b>	
<input type="checkbox"/>	Alteração de layout
<input type="checkbox"/>	Instalação elétrica
<input type="checkbox"/>	Instalação lógica
<input type="checkbox"/>	Instalação de divisória
<input type="checkbox"/>	Outra adequação:

<b>2.2.5. Há algum impacto ambiental na contratação deste serviço</b>
Não.

<b>3. SUSTENTAÇÃO do CONTRATO</b>	
<b>3.1 Selecione as opções abaixo para análise quanto à existência ou não de contrato:</b>	
<input type="checkbox"/>	Entrega imediata e integral ACIMA de 30 dias
<input type="checkbox"/>	Obrigação futura, como, por exemplo, assistência técnica (EXCETO garantia do serviço ou fornecimento) ou por ser praxe de mercado a existência de contrato.
<b>Caso nenhum dos itens seja selecionado, CONTRATO DISPENSÁVEL e NÃO é necessário preenchimento deste item 3</b>	
Nos termo do artigo 62, § 4º da Lei 8.666/1993 é DISPENSÁVEL o termo de contrato independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras.	
3.1.1 Caso nenhum dos itens seja selecionado, NÃO há a exigência de contrato. Porém, caso, mesmo assim, o Demandante queira a confecção de contrato, justificar abaixo:	
<b>3.2. Ações de transição contratual e de encerramento contratual</b>	Não se aplica
<b>É necessário sobreposição contratual?</b>	Não se aplica
<b>3.2.1. Entrega de versões finais dos produtos alvos da contratação e/ou Transferência final de conhecimentos da execução e a manutenção da contratação</b>	
Não se aplica	

<b>3.2.2. Devolução de recursos materiais</b>	Não se aplica
<b>3.2.3. Prazo de vigência do contrato a ser firmado e se poderá ser prorrogado.</b>	Não se aplica

<b>4. ESTRATÉGIA para a CONTRATAÇÃO</b>	
<b>4.1 Natureza do objeto</b>	Serviço não contínuo (escopo ou tempo limitado)

<b>4.2 Parcelamento do objeto com demonstração da viabilidade ou não da divisão em grupos (agrupamento de itens em grupos)</b>			
<input checked="" type="checkbox"/>	Adjudicação por item, para maior competitividade e economicidade		
<input type="checkbox"/>	Grupos com vários itens	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Grupo único, tendo em vista a padronização	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Grupo único para que não afete o resultado ou a qualidade final do produto ou serviço	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Outro:	Justificativa:	

<b>4.3 Classificação do bem comum ou não: É possível especificar o serviço/objeto usando parâmetros usuais de mercado?</b>	
Sim	
<b>Justificativa:</b>	Bem comum, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado

<b>4.4 Modalidade e o tipo de licitação com a indicação e a justificativa para as escolhas</b>	
Pregão eletrônico	
<b>4.4.1 Forma de julgamento:</b>	
Menor preço	
<b>4.4.2 Forma de adjudicação (com a indicação e justificativa da forma escolhida, demonstrando se o objeto pode ser adjudicado a uma ou a várias empresas, se por itens ou por grupo de itens)</b>	
Por item. Critério de seleção em que a proposta mais vantajosa para a Administração Pública é a de menor preço	
<b>4.4.3. Especificação da legislação a ser utilizada nesta contratação, conforme artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).</b>	
Conforme Despacho da Secretaria da Administração nos autos do PROAD nº 603/2021, serão utilizadas as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 10.520, de 17 de julho de 2002 até o decurso de 2 (dois) anos da publicação oficial da Nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021.	
<p>Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.</p> <p>Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.</p>	

<b>4.5 Classificação orçamentária com indicação da fonte de recurso</b>	
A ser oportunamente preenchida pela Secretaria de Orçamento e Finanças.	

<b>4.6 Equipe de Gestão da Contratação com indicação dos integrantes</b>	
<b>Gestor do Contrato:</b>	Não se aplica
<b>Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):</b>	Não se aplica
<b>Fiscal Técnico do Contrato:</b>	Não se aplica
<b>Fiscal Administrativo</b>	Não se aplica

<b>5. PREVISÃO DE CUSTOS OU PREÇOS REFERENCIAIS</b>	
Previsão total de custos: R\$ 480.500,00, conforme doc. 68 da Coordenadoria de Compras.	

<b>6. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)</b>	
<b>É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)?</b>	
Sim	
<b>6.1 Fundamentação para a opção por SRP:</b>	
Por se tratar de uma quantidade de EPIs prevista para utilização por 1 ano e considerando o bom andamento do plano de vacinação no Estado de São Paulo, optamos pelo Registro de Preços, a fim de que poderemos adaptar a aquisição dos EPIs às reais necessidades deste Tribunal, de acordo com os dados da pandemia da COVID-19, os quais se mostram incertos e variáveis ao longo do tempo.	
<b>6.2 Histórico de consumo:</b>	
3.875 caixas com 100 unidades para o período de 6 meses.	
<b>6.3 Estimativa de consumo:</b>	
7.750 caixas com 100 unidades para o período de 1 ano.	
<b>6.4 Quantidade para Consumo Imediato:</b>	
Entrega imediata de 3.875 caixas com 100 unidades para o período de 6 meses.	
<b>6.5 Estimativa de periodicidade de aquisição:</b>	

Trimestral
<b>6.6 Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido:</b> 1.937 caixas com 100 unidades para o período de 3 meses.
<b>6.7 TRT-15 É GERENCIADOR OU PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ?</b> Gerenciador.
<b>6.8. Se houver grupos com vários itens, o edital deverá prever a possibilidade de se solicitar itens isoladamente ? Se sim, justifique</b> Não se aplica.

<b>7. SUSTENTABILIDADE</b>			
<b>Há critérios de sustentabilidade a serem observado?</b>			
Não.			
<b>Se há critério no Guia, preencher a tabela abaixo com os dados:</b>			
<b>Grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo)</b>	<b>Objeto/Item</b>	<b>Critério (somente é possível selecionar um item por linha)</b>	<b>Descrição (NOVO GUIA - é necessário copiar e colar aqui)</b>
<b>Há especificação de ROHs?</b>			Não se aplica
<b>Se há critério no Guia e NÃO vai ser colocado, justificar:</b>			
Atentar para critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição do CSJT: <a href="#">Guia de Contratações Sustentáveis 3ª edição</a>			

<b>8. ARQUIVOS</b>	
<b>Há arquivos como fotos projetos, croquis que podem ou devem ser disponibilizados aos interessados?</b>	
Não	
<b>No caso de arquivos como croquis, plantas, desenhos deve-se indicar, no caso de incongruências entre os arquivos disponibilizados e a descrição contida no Termo de Referência ou Projeto Básico, qual deve prevalecer:</b>	
Não se aplica	

<b>9. VISTORIA / VISITA TÉCNICA</b>	
<b>Há previsão de vistoria/visita técnica?</b>	
Não se aplica	
<b>Se sim. Justificar:</b>	Não se aplica
OBS: Fundamentação legal: de acordo com jurisprudência do TCU a vistoria ao local somente deve ser exigida quando for imprescindível o que deve ser justificado e demonstrado pela Administração no processo de licitação (Acórdão 234/2015-Plenário)	
<b>9.1 Contato para agendamento (nome, telefone/ramal, horário):</b>	
Não se aplica	

<b>10. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (conforme Acórdão TCU 891/2018-Plenário)</b>	
A exigência de documentos que comprovem a qualificação técnica não é apenas uma faculdade, mas um dever da Administração, devendo ser essa exigência a mínima capaz de assegurar que a empresa contratada estará apta a fornecer os bens ou serviços pactuados). Lembrando que é irregular a exigência de atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, exceto se houver justificativa técnica plausível.	
<input checked="" type="checkbox"/>	Operacional: Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante vendido e entregue objetos idênticos ou similares ao dessa licitação, no quantitativo de, no mínimo, 10% (dez por cento) dos solicitados.
<input type="checkbox"/>	Registro da empresa no respectivo conselho profissional:
<input type="checkbox"/>	Profissional - documentos que comprovam a experiência do profissional registrado perante o respectivo Conselho Profissional como responsável técnico da empresa, como CAT (Certidão de Acervo Técnico).
<input type="checkbox"/>	Há necessidade de comprovação de profissional específico? No caso de haver normativo do respectivo Conselho específico para a execução do serviço. Como médico do trabalho para laudo de insalubridade.



As obrigações a serem explicitadas devem ser em relação ao objeto da contratação, como, por exemplo:

- A empresa deverá agendar, com mínimo de 24 horas, a data de entrega do objeto
- Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, este TRT poderá retirar "X" amostras do objeto contratado para envio a laboratório acreditado para verificação quanto ao atendimento às especificações, como ABNT, qualidade pó de café, etc sendo que as despesas deverão ser arcadas pelo fornecedor.

Especificações:

#### 15.1. Obrigações da Contratante (TRT)

O Tribunal se compromete a dar plena e fiel execução ao presente contrato, respeitando todas as condições estabelecidas, e se obriga a:

1. receber o material na data e horário previamente agendados pela contratada; e
2. efetuar, no prazo estabelecido neste instrumento, o pagamento do objeto contratado recebido definitivamente pelo gestor deste contrato.

#### 15.2. Obrigações da Contratada

A contratada se comprometerá a dar plena e fiel execução ao presente contrato e se obrigará a:

1. fornecer os materiais conforme especificações constantes neste instrumento, nos prazos estabelecidos;
2. designar um preposto, aceito pelo Tribunal, para representá-la na execução do contrato, apresentando-o antes do início da execução do objeto contratado;
3. reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas próprias expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- manter durante a vigência deste contrato, devidamente válidas e atualizadas, as seguintes certidões de regularidade, cuja autenticidade será verificada pela Internet:
  - a) expedidas conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
  - b) expedido pela Caixa Econômica Federal (CEF), o Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF);
  - c) expedida pela Justiça do Trabalho, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
4. arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para o Tribunal.
5. PAGAMENTO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS - CADASTRO OBRIGATÓRIO  
O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio da resolução n° 245/2019, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO). A finalidade do SIGEO é o processamento de informações relacionadas ao planejamento, à execução e ao acompanhamento orçamentário e financeiro da Justiça do Trabalho. Assim, o envio das notas fiscais e certidões deverá ocorrer pelo sistema SIGEO e, com isso, os prestadores de serviço e fornecedores do TRT-15 deverão realizar o cadastro obrigatório no sistema, inserindo os documentos solicitados no sistema.  
ATENÇÃO: Reforçamos a informação de que o pagamento somente ocorrerá após o devido preenchimento do cadastro no sistema SIGEO e a inserção dos documentos solicitados, por parte da empresa contratada.

### 16. MODELO DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO DO CONTRATO

#### 16.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:

Gestor do Contrato:	Não se aplica
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Não se aplica

#### 16.2 Definição de etapas de entrega, com cronograma

Entrega em, no mínimo, 3 etapas, com 50% do material entregue em junho de 2022 e o restante de acordo com a necessidade do Tribunal.

#### 16.3 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento

Nota de Empenho

#### 16.4 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia

Não se aplica.

#### 16.5 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do contrato entre órgão e contratada

Tipo	Forma	Periodicidade	Emissor
<input type="checkbox"/>	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	E-mail	Quando necessário	ambulatorio.saude@trt15.jus.br
<input type="checkbox"/>	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição	
<input type="checkbox"/>	Reunião Presencial	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Reunião Videoconferência	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Outra		

#### 16.6 Forma de recebimento provisório e definitivo

O recebimento provisório será atestado na data da entrega do material mediante Certidão de Recebimento, aposta no verso do documento fiscal, constando a data da efetiva entrega, a assinatura e o carimbo do recebedor ou, em se tratando de documentos internos, no local próprio do documento que estiver acompanhando o material.  
O recebimento definitivo decorrerá da aceitação do material, que pressupõe a conformidade do material com as especificações descritas e deverá ser feito após a verificação da qualidade e quantidade dos bens/materiais.  
O recebimento definitivo será atestado por meio de Certidão de Recebimento Definitivo aposta no verso do documento fiscal correspondente constando data do efetivo recebimento, assinatura e carimbo da autoridade competente da unidade recebedora.

#### 16.7 Forma de pagamento

O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira deste TRT, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei 8.666/1993.

#### 16.8 Sanções

O atraso injustificado na entrega dos materiais contratados implicará na multa à contratada de 2% (dois por cento), por dia de atraso, sobre o valor do respectivo material, limitado a 10% (dez por cento) do valor total do contrato.  
O descumprimento das demais obrigações da contratada implicará multa, por evento, de 2% (dois por cento) do valor total do contrato.  
O atraso superior a 10 (dez) dias corridos pode ensejar, a exclusivo critério do Tribunal, a inexecução total deste contrato, com as consequências previstas nos artigos 77 e 78, nas formas contidas no artigo 79, com as consequências do artigo 80, e sem prejuízo das sanções administrativas dos artigos 86 a 88, todos da Lei n.º 8.666/1993.  
Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente, indevidamente fundamentados ou não comprovados, ficando a aceitação das justificativas a critério do Tribunal.  
A aplicação das multas estabelecidas nesta cláusula, nos termos do art. 86, da Lei n.º 8.666/1993, não impede que o Tribunal rescinda unilateralmente o contrato e/ou aplique as demais sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei n.º 8.666/1993.  
Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos à contratada o contraditório e a prévia defesa.

#### 16.9 Forma de apresentação da proposta (montar planilha/tabela que especifica de que forma o objeto deve ser precificado pelo mercado)

Máscara descartável com elástico, na cor branca, tripla camada (duas externas de não tecido TNT 100% polipropileno e uma interna de filtro de retenção bacteriana) e clip nasal, com registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, conforme art. 5º da Resolução – RDC n.º 356, de 23 de março de 2020 do Ministério da Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e Normas ABNT NBR 15052:2004 e ABNT NBR 14873:2002. Marcas de Referência: Fava, Protdesc ou similar.

Quantidade: 7.750 caixas com 100 unidades cada (sendo aceito também o quantitativo total em caixas com 50 unidades).

Valor unitário:

Valor total do lote:


17. ANÁLISE de RISCOS			
<b>Risco 1</b>	Impugnação durante o processo de licitação		
<b>Probabilidade</b>	Média	<b>Impacto</b>	Alto
<b>Dano</b>	Atrasos na contratação		
<b>Ação Preventiva</b>			<b>Responsável</b>
Definição criteriosa do objeto, considerando as soluções disponíveis no mercado e as necessidades do Tribunal, evitando-se direcionamentos à marca/fabricante/solução vedados por lei.			Gestor
<b>Ação de Contingência</b>			<b>Responsável</b>
Alteração do edital se pertinente e/ou caso haja contrato, renovação excepcional deste.			Gestor e Coord. Licitações e Contratos.

<b>Risco 2</b>	Falta de orçamento para concluir a contratação		
<b>Probabilidade</b>	Média	<b>Impacto</b>	Alto
<b>Dano</b>	Indisponibilidade do serviço		
<b>Ação Preventiva</b>			<b>Responsável</b>
Previsão no Plano de Contratações			Gestor
<b>Ação de Contingência</b>			<b>Responsável</b>
Verificação de outra dotação que possa ser deslocado o valor para esta contratação.			Gestor

<b>Risco 3</b>	Licitação fracassada ou deserta		
<b>Probabilidade</b>	Média	<b>Impacto</b>	Alto
<b>Dano</b>	Inviabilizar a contratação		
<b>Ação Preventiva</b>			<b>Responsável</b>
Definição criteriosa do objeto, considerando as soluções disponíveis no mercado e as necessidades do Tribunal, evitando-se direcionamentos à marca/fabricante/solução vedados por lei. Consulta aos fornecedores qualificados para adequação das características técnicas de forma a ampliar a concorrência.			Gestor
<b>Ação de Contingência</b>			<b>Responsável</b>
Reedição de nova licitação			Gestor

<b>Risco 4</b>	Atraso na licitação		
<b>Probabilidade</b>	Baixa	<b>Impacto</b>	Alto
<b>Dano</b>	Indisponibilidade do serviço		
<b>Ação Preventiva</b>			<b>Responsável</b>
Início do DOD com antecedência			Equipe de planejamento da contratação
<b>Ação de Contingência</b>			<b>Responsável</b>
Compra emergencial			Gestor

19. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO			
<b>Contratação é viável?</b>			
<input checked="" type="checkbox"/>	Sim		
<input type="checkbox"/>	Não		

<b>Data:</b>	10/03/2022			
<b>Integrante Demandante:</b>	Sérgio de Oliveira Cordeiro			
<b>Integrante Técnico:</b>	William Barros de Abreu			
<b>Integrante Administrativo:</b>	<b>Titular:</b>	Douglas Suetsugo Mitsuse	<b>Suplente</b>	Christiano Carneiro Ferreira

ANEXO	
TERMO DE REFERÊNCIA / PROJETO BÁSICO – Parte 1	
1. Objeto da Contratação	
<b>1.1 Descrição resumida do Objeto:</b>	
Registro de Preços visando à aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs necessários à realização das atividades dos magistrados, servidores e estagiários das unidades judiciárias e administrativas deste Tribunal.	

2. Fundamentação da contratação	
---------------------------------	--

<b>2.1 Motivação</b>	
<b>Escolha e justificativa da contratação (necessidade/motivação da contratação)</b>	
<b>Solução escolhida</b>	A solução identificada está em consonância com as orientações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA do Ministério da Saúde para a prevenção de infecção pela COVID-19, bem como com os termos da Resolução CNJ n.º 322/2020, que estabeleceu, no âmbito do Poder Judiciário, medidas para retomada dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para prevenção de contágio pela COVID-19.
<b>Justificativa</b>	Aquisição determinada pela Presidência do Tribunal, nos autos do PROAD n. 6830/2020, a fim de adquirir Equipamentos de Proteção Individual – EPIs necessários à realização das atividades dos magistrados, servidores e estagiários das unidades judiciárias do Tribunal, quando do retorno de suas atividades presenciais no âmbito desta Corte. A aquisição tem por objetivo garantir a saúde e a biossegurança dos servidores do Tribunal quando do retorno das atividades presenciais no âmbito deste Regional, haja vista as medidas e cuidados de prevenção recomendados pelas autoridades públicas de saúde no enfrentamento da pandemia da COVID-19 e os termos da Resolução CNJ n.º 322/2020.
<b>Valor estimado</b>	R\$ 480.500,00, conforme doc. 68 da Coordenadoria de Compras.
<b>Outros</b>	

<b>2.2 Benefícios esperados (resultados a serem alcançados, objetivos)</b>	
<input type="checkbox"/>	Adequação das instalações físicas
<input type="checkbox"/>	Preservação das instalações
<input checked="" type="checkbox"/>	Manutenção da segurança dos usuários
<input type="checkbox"/>	Condecoração de autoridades em eventos promovidos por este Tribunal
<input type="checkbox"/>	Outro benefício:

<b>2.3 Alinhamento Estratégico</b>	<a href="http://portal.trt15.jus.br/plano-2021-2026">http://portal.trt15.jus.br/plano-2021-2026</a>
Propiciar meios para melhoria da qualidade de vida no trabalho	

<b>2.4 Referência aos Estudos Preliminares</b>
18753/2021

<b>2.5 Relação entre demanda prevista e quantidade de serviço a ser contratado</b>
Os quantitativos encontram respaldo nas informações prestadas pela Área de Estágio, pela Coordenadoria de Provimento e Vacância e pela Assessoria de Apoio aos Magistrados, que informaram a existência de 391 magistrados, 3.374 servidores e 532 estagiários em atuação nas 767 lotações existentes no Regional, de modo a atendê-los pelo período de 1 ano com o fornecimento do respectivo EPI.

<b>2.6 Natureza do objeto</b>
Serviço não contínuo (escopo ou tempo limitado)

<b>2.7 Parcelamento do objeto com demonstração da viabilidade ou não da divisão em grupos (agrupamento de itens em grupos)</b>			
<input checked="" type="checkbox"/>	Adjudicação por item, para maior competitividade e economicidade		
<input type="checkbox"/>	Grupo com vários itens	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Grupo único, tendo em vista a padronização	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Grupo único para que não afete o resultado ou a qualidade final do produto ou serviço	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Outro:	Justificativa:	

<b>2.8 Impacto ambiental</b>
Não.

<b>3. Gestão do Contrato</b>	
<b>3.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:</b>	
<b>Gestor do Contrato:</b>	Não se aplica
<b>Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):</b>	Não se aplica

<b>TERMO DE REFERÊNCIA – VERSÃO MERCADO</b>
---

<b>Catálogo (CATMAT/CATSER)</b>
Item 1 - Código 455228 / Item 2 - 397905

<b>1. Objeto da Contratação</b>	
<b>1.1 Descrição resumida do Objeto:</b>	
Registro de Preços visando à aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs necessários à realização das atividades dos magistrados, servidores e estagiários das unidades judiciárias e administrativas deste Tribunal.	
<b>1.2 Descrição Detalhada do Objeto:</b>	



Especificações do Objeto e Estimativa de Custo					
Máscara descartável com elástico, na cor branca, tripla camada (duas externas de não tecido TNT 100% polipropileno e uma interna de filtro de retenção bacteriana) e clip nasal, com registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, conforme art. 5º da Resolução – RDC n.º 356, de 23 de março de 2020 do Ministério da Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e Normas ABNT NBR 15052:2004 e ABNT NBR 14873:2002. Marcas de Referência: Fava, Protdesc ou similar.					
Quantitativo a ser adquirido: 7.750 caixas com 100 unidades cada (sendo aceito também o quantitativo total em caixas com 50 unidades).					
Ou utilizar a tabela:					
Grupo/ Item	Descrição	Qtidade	Unidade	Marca / Modelo de referência	Observações

1.2.1. Informar para quais itens é exigida marca/modelo específico obrigatório (Se sim, a indicação de marca deve ser respaldada de justificativa robusta, como manutenção de padrão já existente, compatibilidade, garantia de equipamentos, etc)
Não se aplica.

2. Forma e critério de seleção
2.1.1 Forma de julgamento:
Menor preço
2.1.2 Forma de adjudicação (com a indicação e justificativa da forma escolhida, demonstrando se o objeto pode ser adjudicado a uma ou a várias empresas, se por itens ou por grupo de itens)
Por item. Critério de seleção em que a proposta mais vantajosa para a Administração Pública é a de menor preço
2.1.3. Especificação da legislação a ser utilizada nesta contratação, conforme artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).
Conforme Despacho da Secretaria da Administração nos autos do PROAD nº 603/2021, serão utilizadas as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 10.520, de 17 de julho de 2002 até o decurso de 2 (dois) anos da publicação oficial da Nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021.
Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.
Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.
2.2 É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)?
Sim
2.2.1 Fundamentação para a opção por SRP:
Por se tratar de uma quantidade de EPIs prevista para utilização por 1 ano e considerando o bom andamento do plano de vacinação no Estado de São Paulo, optamos pelo Registro de Preços, a fim de que poderemos adaptar a aquisição dos EPIs às reais necessidades deste Tribunal, de acordo com os dados da pandemia da COVID-19, os quais se mostram incertos e variáveis ao longo do tempo.
2.2.2 Histórico de consumo:
3.875 caixas com 100 unidades para o período de 6 meses.
2.2.3 Estimativa de consumo:
7.750 caixas com 100 unidades para o período de 1 ano.
2.2.4 Quantidade para Consumo Imediato:
Entrega imediata de 3.875 caixas com 100 unidades para o período de 6 meses.
2.2.5 Estimativa de periodicidade de aquisição:
Trimestral
2.2.6 Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido:
1.937 caixas com 100 unidades para o período de 3 meses.
2.2.7 TRT-15 É GERENCIADOR OU PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ?
Gerenciador.
2.2.8 Se houver grupos com vários itens, o edital deverá prever a possibilidade de se solicitar itens isoladamente ? Se sim, justifique
Não se aplica.

3. Requisitos Técnico-Legais da Contratação
3.1. SUSTENTABILIDADE:
Há critérios de sustentabilidade a serem observado?
Não.
Se há critério no Guia, preencher a tabela abaixo com os dados:





A contratada se comprometerá a dar plena e fiel execução ao presente contrato e se obrigará a:

1. fornecer os materiais conforme especificações constantes neste instrumento, nos prazos estabelecidos;
2. designar um preposto, aceito pelo Tribunal, para representá-la na execução do contrato, apresentando-o antes do início da execução do objeto contratado;
3. reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas próprias expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- manter durante a vigência deste contrato, devidamente válidas e atualizadas, as seguintes certidões de regularidade, cuja autenticidade será verificada pela Internet:
  - a) expedidas conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
  - b) expedido pela Caixa Econômica Federal (CEF), o Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF);
  - c) expedida pela Justiça do Trabalho, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
4. arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para o Tribunal.

**5. PAGAMENTO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS - CADASTRO OBRIGATÓRIO**  
 O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio da resolução n.º 245/2019, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO). A finalidade do SIGEO é o processamento de informações relacionadas ao planejamento, à execução e ao acompanhamento orçamentário e financeiro da Justiça do Trabalho. Assim, o envio das notas fiscais e certidões deverá ocorrer pelo sistema SIGEO e, com isso, os prestadores de serviço e fornecedores do TRT-15 deverão realizar o cadastro obrigatório no sistema, inserindo os documentos solicitados no sistema.

**ATENÇÃO:** Reforçamos a informação de que o pagamento somente ocorrerá após o devido preenchimento do cadastro no sistema SIGEO e a inserção dos documentos solicitados, por parte da empresa contratada.

<b>9. Modelo de Execução e de gestão do Contrato</b>
<b>9.1 Definição de etapas de entrega, com cronograma</b>
Entrega em, no mínimo, 3 etapas, com 50% do material entregue em junho de 2022 e o restante de acordo com a necessidade do Tribunal.

<b>9.2 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento</b>
Nota de Empenho

<b>9.3 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia</b>
Não se aplica.

<b>9.4 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do contrato entre órgão e contratada</b>			
<b>Tipo</b>	<b>Forma</b>	<b>Periodicidade</b>	<b>Emissor</b>
<input type="checkbox"/>	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	E-mail	Quando necessário	ambulatorio.saude@trt15.jus.br
<input type="checkbox"/>	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição	
<input type="checkbox"/>	Reunião Presencial	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Reunião Videoconferência	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Outra		

<b>9.5 Forma de recebimento provisório e definitivo</b>
<p>O recebimento provisório será atestado na data da entrega do material mediante Certidão de Recebimento, aposta no verso do documento fiscal, constando a data da efetiva entrega, a assinatura e o carimbo do recebedor ou, em se tratando de documentos internos, no local próprio do documento que estiver acompanhando o material.</p> <p>O recebimento definitivo decorrerá da aceitação do material, que pressupõe a conformidade do material com as especificações descritas e deverá ser feito após a verificação da qualidade e quantidade dos bens/materiais.</p> <p>O recebimento definitivo será atestado por meio de Certidão de Recebimento Definitivo aposta no verso do documento fiscal correspondente constando data do efetivo recebimento, assinatura e carimbo da autoridade competente da unidade recebedora.</p>

<b>9.6 Forma de pagamento</b>
O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira deste TRT, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei 8.666/1993.

<b>9.7 Sanções</b>
<p>O atraso injustificado na entrega dos materiais contratados implicará na multa à contratada de 2% (dois por cento), por dia de atraso, sobre o valor do respectivo material, limitado a 10% (dez por cento) do valor total do contrato.</p> <p>O descumprimento das demais obrigações da contratada implicará multa, por evento, de 2% (dois por cento) do valor total do contrato.</p> <p>O atraso superior a 10 (dez) dias corridos pode ensejar, a exclusivo critério do Tribunal, a inexecução total deste contrato, com as consequências previstas nos artigos 77 e 78, nas formas contidas no artigo 79, com as consequências do artigo 80, e sem prejuízo das sanções administrativas dos artigos 86 a 88, todos da Lei n.º 8.666/1993.</p> <p>Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente, indevidamente fundamentados ou não comprovados, ficando a aceitação das justificativas a critério do Tribunal.</p> <p>A aplicação das multas estabelecidas nesta cláusula, nos termos do art. 86, da Lei n.º 8.666/1993, não impede que o Tribunal rescinda unilateralmente o contrato e/ou aplique as demais sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei n.º 8.666/1993.</p> <p>Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos à contratada o contraditório e a prévia defesa.</p>

<b>10. Forma de Apresentação de Proposta</b>																													
<p>Máscara descartável com elástico, na cor branca, tripla camada (duas externas de não tecido TNT 100% polipropileno e uma interna de filtro de retenção bacteriana) e clip nasal, com registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, conforme art. 5º da Resolução – RDC n.º 356, de 23 de março de 2020 do Ministério da Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e Normas ABNT NBR 15052:2004 e ABNT NBR 14873:2002. Marcas de Referência: Fava, Protdesc ou similar.</p> <p>Quantidade: 7.750 caixas com 100 unidades cada (sendo aceito também o quantitativo total em caixas com 50 unidades).</p> <p>Valor unitário:</p> <p>Valor total do lote:</p> <table border="1" style="width: 100%;"> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td><td> </td></tr> </table>																													

<b>TERMO DE REFERÊNCIA – VERSÃO CONTRATOS</b>	
<b>Data:</b>	10/03/2022
<b>Número do PROAD aberto</b>	18753/2021
<b>Área Demandante:</b>	Secretaria de Saúde

Área Requisitante:	Seretaria de Saúde
--------------------	--------------------

Contratação urgente?	<input type="checkbox"/>	Ata vence nos próximos 4 meses	
	<input type="checkbox"/>	Aquisição para serviço específico e urgente	
	<input type="checkbox"/>	Houve rescisão do contrato	
	<input checked="" type="checkbox"/>	Outra justificativa:	Aquisição visando à proteção da saúde e da biossegurança dos servidores do Tribunal em virtude do retorno das atividades presenciais no âmbito deste Regional, haja vista as medidas e cuidados de prevenção recomendados pelas autoridades públicas de saúde no enfrentamento da pandemia da COVID-19 e os termos da Resolução CNJ n. 322/2020.

**CONTRATAÇÃO É URGENTE**

**Catálogo (CATMAT/CATSER)**

Item 1 - Código 455228 / Item 2 - 397905

**1. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)**

**É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)?**

Sim
<b>1.1 Fundamentação para a opção por SRP:</b> Por se tratar de uma quantidade de EPIs prevista para utilização por 1 ano e considerando o bom andamento do plano de vacinação no Estado de São Paulo, optamos pelo Registro de Preços, a fim de que poderemos adaptar a aquisição dos EPIs às reais necessidades deste Tribunal, de acordo com os dados da pandemia da COVID-19, os quais se mostram incertos e variáveis ao longo do tempo.
<b>1.2 Histórico de consumo:</b> 3.875 caixas com 100 unidades para o período de 6 meses.
<b>1.3 Estimativa de consumo:</b> 7.750 caixas com 100 unidades para o período de 1 ano.
<b>1.4 Quantidade para Consumo Imediato:</b> Entrega imediata de 3.875 caixas com 100 unidades para o período de 6 meses.
<b>1.5 Estimativa de periodicidade de aquisição:</b> Trimestral
<b>1.6 Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido:</b> 1.937 caixas com 100 unidades para o período de 3 meses.
<b>1.7 TRT-15 É GERENCIADOR OU PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ?</b> Gerenciador.
<b>1.8 Se houver grupos com vários itens, o edital deverá prever a possibilidade de se solicitar itens isoladamente ? Se sim, justifique</b> Não se aplica.

**2. HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA?**

Sim	
Se sim. Indicar norma técnica a ser observada (certificação compulsória INMETRO, ABNT, Anvisa, Registro CREA/CAU, ANTT etc):	As máscaras deverão observar os termos da Resolução RDC n. 356, de 23 de março de 2020, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

**3. OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Detalhamento da necessidade)**

OBS: caso a descrição for muito longa ou com tabelas, deve ser feita por meio de ANEXO que deverá ser mencionado no item 1.2 (Conforme Anexo X)

<b>1.1 Descrição resumida do Objeto:</b> Registro de Preços visando à aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs necessários à realização das atividades dos magistrados, servidores e estagiários das unidades judiciárias e administrativas deste Tribunal.
---

**1.2 Descrição Detalhada do Objeto:**

Especificações do Objeto e Estimativa de Custo

Máscara descartável com elástico, na cor branca, tripla camada (duas externas de não tecido TNT 100% polipropileno e uma interna de filtro de retenção bacteriana) e clip nasal, com registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, conforme art. 5º da Resolução – RDC n.º 356, de 23 de março de 2020 do Ministério da Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e Normas ABNT NBR 15052:2004 e ABNT NBR 14873:2002. Marcas de Referência: Fava, Protdesc ou similar.

Quantitativo a ser adquirido: 7.750 caixas com 100 unidades cada (sendo aceito também o quantitativo total em caixas com 50 unidades).

Ou utilizar a tabela:					
Grupo/ Item	Descrição	Qtidade	Unidade	Marca / Modelo de referência	Observações

1.2.1. Informar para quais itens é exigida marca/modelo específico obrigatório (Se sim, a indicação de marca deve ser respaldada de justificativa robusta, como manutenção de padrão já existente, compatibilidade, garantia de equipamentos, etc)
Não se aplica.

4. LOCAL E HORÁRIO DA ENTREGA DOS BENS	
Endereço:	Almoxarifado do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região Rua Ângela Signori Grigol, n.º 5, Barão Geraldo, Campinas/SP.
Dias da semana:	De segunda a sexta-feira.
Horário:	Outro: das 12h às 18h, mediante agendamento prévio.
No caso de necessidade de agendamento prévio, indicar nomes e telefones e/ou ramais dos contatos:	Agendamento prévio para entrega com a Coordenadoria de Material e Logística, pelo endereço eletrônico cml.secadm@trt15.jus.br.

5. MODELO DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO DO CONTRATO	
5.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:	
Gestor do Contrato:	Não se aplica
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Não se aplica

5.2 Definição de etapas de entrega, com cronograma
Entrega em, no mínimo, 3 etapas, com 50% do material entregue em junho de 2022 e o restante de acordo com a necessidade do Tribunal.

5.3 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento
Nota de Empenho

5.4 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do contrato entre órgão e contratada			
Tipo	Forma	Periodicidade	Emissor
<input type="checkbox"/>	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	E-mail	Quando necessário	ambulatorio.saude@trt15.jus.br
<input type="checkbox"/>	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição	
<input type="checkbox"/>	Reunião Presencial	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Reunião Videoconferência	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Outra		

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	
<p>A contratada se comprometerá a dar plena e fiel execução ao presente contrato e se obrigará a:</p> <p>1. fornecer os materiais conforme especificações constantes neste instrumento, nos prazos estabelecidos;</p> <p>2. designar um preposto, aceito pelo Tribunal, para representá-la na execução do contrato, apresentando-o antes do início da execução do objeto contratado;</p> <p>3. reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas próprias expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;</p> <p>- manter durante a vigência deste contrato, devidamente válidas e atualizadas, as seguintes certidões de regularidade, cuja autenticidade será verificada pela Internet:</p> <p>a) expedidas conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;</p> <p>b) expedido pela Caixa Econômica Federal (CEF), o Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF);</p> <p>c) expedida pela Justiça do Trabalho, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).</p> <p>4. arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para o Tribunal.</p> <p>5. PAGAMENTO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS - CADASTRO OBRIGATÓRIO</p> <p>O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio da resolução nº 245/2019, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO). A finalidade do SIGEO é o processamento de informações relacionadas ao planejamento, à execução e ao acompanhamento orçamentário e financeiro da Justiça do Trabalho. Assim, o envio das notas fiscais e certidões deverá ocorrer pelo sistema SIGEO e, com isso, os prestadores de serviço e fornecedores do TRT-15 deverão realizar o cadastro obrigatório no sistema, inserindo os documentos solicitados no sistema.</p> <p>ATENÇÃO: Reforçamos a informação de que o pagamento somente ocorrerá após o devido preenchimento do cadastro no sistema SIGEO e a inserção dos documentos solicitados, por parte da empresa contratada.</p>	

7. SUSTENTABILIDADE			
Há critérios de sustentabilidade a serem observado?			
Não.			
Se há critério no Guia, preencher a tabela abaixo com os dados:			
Grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo)	Objeto/Item	Critério (somente é possível selecionar um item por linha)	Documento (esta coluna é preenchida automaticamente, conforme o item selecionado no Critério)

Há especificação de ROHs?			Não se aplica
Se há critério no Guia e NÃO vai ser colocado, justificar:			
Atentar para critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição do CSJT: <a href="#">Guia de Contratações Sustentáveis 3ª edição</a>			

8. GARANTIA DO OBJETO E DO CONTRATO			
8.1. Garantia			
Ou utilizar a tabela			
Grupo / Item	Descrição sucinta do item	Prazo de garantia	Especificações da garantia
8.2. Garantia do Contrato (para cumprimento das obrigações contratuais)			
Não se aplica			
8.3 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia			
Não se aplica.			

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (TRT)	
O Tribunal se compromete a dar plena e fiel execução ao presente contrato, respeitando todas as condições estabelecidas, e se obriga a:	
1. receber o material na data e horário previamente agendados pela contratada; e	
2. efetuar, no prazo estabelecido neste instrumento, o pagamento do objeto contratado recebido definitivamente pelo gestor deste contrato.	

10. VALOR					
10.1 Forma de apresentação da proposta (montar planilha/tabela que especifica de que forma o objeto deve ser precificado pelo mercado)					
Máscara descartável com elástico, na cor branca, tripla camada (duas externas de não tecido TNT 100% polipropileno e uma interna de filtro de retenção bacteriana) e clip nasal, com registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, conforme art. 5º da Resolução – RDC n.º 356, de 23 de março de 2020 do Ministério da Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e Normas ABNT NBR 15052:2004 e ABNT NBR 14873:2002. Marcas de Referência: Fava, Protdesc ou similar.					
Quantidade: 7.750 caixas com 100 unidades cada (sendo aceito também o quantitativo total em caixas com 50 unidades).					
Valor unitário:					
Valor total do lote:					

11. EQUIPE DE GESTÃO	
Gestor do Contrato:	Não se aplica
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Não se aplica
Fiscal Técnico do Contrato:	Não se aplica
Fiscal Administrativo	Não se aplica

12. FATURAMENTO	
Gestor do Contrato:	Não se aplica

13. FORMA DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO	
<p>O recebimento provisório será atestado na data da entrega do material mediante Certidão de Recebimento, aposta no verso do documento fiscal, constando a data da efetiva entrega, a assinatura e o carimbo do recebedor ou, em se tratando de documentos internos, no local próprio do documento que estiver acompanhando o material.</p> <p>O recebimento definitivo decorrerá da aceitação do material, que pressupõe a conformidade do material com as especificações descritas e deverá ser feito após a verificação da qualidade e quantidade dos bens/materiais.</p> <p>O recebimento definitivo será atestado por meio de Certidão de Recebimento Definitivo aposta no verso do documento fiscal correspondente constando data do efetivo recebimento, assinatura e carimbo da autoridade competente da unidade recebedora.</p>	
14. FORMA DE PAGAMENTO	
<p>O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira deste TRT, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei 8.666/1993.</p>	
15. PRAZO DE VIGÊNCIA	
15.1 Prazo de vigência do contrato a ser firmado e se poderá ser prorrogado. Não se aplica	
15.2 Ações de transição contratual e de encerramento contratual Não se aplica	
É necessário sobreposição contratual? Não se aplica	
15.2.1. Entrega de versões finais dos produtos alvos da contratação e/ou Transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da contratação Não se aplica	
15.2.2. Devolução de recursos materiais Não se aplica	
16. SANÇÕES	
<p>O atraso injustificado na entrega dos materiais contratados implicará na multa à contratada de 2% (dois por cento), por dia de atraso, sobre o valor do respectivo material, limitado a 10% (dez por cento) do valor total do contrato.</p> <p>O descumprimento das demais obrigações da contratada implicará multa, por evento, de 2% (dois por cento) do valor total do contrato.</p> <p>O atraso superior a 10 (dez) dias corridos pode ensejar, a exclusivo critério do Tribunal, a inexecução total deste contrato, com as consequências previstas nos artigos 77 e 78, nas formas contidas no artigo 79, com as consequências do artigo 80, e sem prejuízo das sanções administrativas dos artigos 86 a 88, todos da Lei n.º 8.666/1993.</p> <p>Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente, indevidamente fundamentados ou não comprovados, ficando a aceitação das justificativas a critério do Tribunal.</p> <p>A aplicação das multas estabelecidas nesta cláusula, nos termos do art. 86, da Lei n.º 8.666/1993, não impede que o Tribunal rescinda unilateralmente o contrato e/ou aplique as demais sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei n.º 8.666/1993.</p> <p>Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos à contratada o contraditório e a prévia defesa.</p>	